

REFERÊNCIAS

1. Sevilla Guzmán, E. . *De la sociología rural a la agroecología*. Córdoba: Icaria Editorial, 2006.
2. Amorós, C. & De Miguel, A. . *Teoría feminista: de la ilustración a la globalización*. Madri: Minerva Ediciones. 2007.
3. Pacheco, M. . "Sistemas de produção: uma perspectiva de gênero". *Revista Proposta - Desenvolvimento Sustentável*, 25(71). 1997.
4. Ferreira, A. P. . *La importância de la perspectiva feminista en el empoderamiento de las mujeres campesinas*. Universidad de Córdoba e Universidad Internacional de Andalucía, Cordoba. 2008.
5. Siliprandi, E.. "O que se pensa, o que se faz, o que se diz: discursos sobre as mulheres rurais". *Educação em Debate*, 2(44), 106 - 110. 2002.
6. Agarwal, B.. *Engendering the environment debate: lessons from the Indian subcontinent* (Vol. vi). East Lansing, Michigan: Center for Advanced Study of International Development - Michigan State University. 1991.
7. Avila, M.. "Divisão sexual do trabalho: desafio para a agroecologia". In: C. Silva, *Encontros possíveis: feminismo e agroecologia* (1ª ed.). Recife: SOS Corpo - Instituto Feminista para a Democracia. 2007.
8. SOS Corpo. . *Cadernos de Críticas Feministas* (vols. V, nº 01). Recife: SOS Corpo - Instituto Feminista para a Democracia. 2011.
9. CMN. *As relações de gênero na agricultura familiar - diagnóstico do Pajeú*. Casa da Mulher do Nordeste, Recife. 2003.
10. Ferreira, A. L.. *Acercamiento entre las perspectivas feminista y agroecológica potencializando procesos de empoderamiento de las mujeres rurales brasileñas, desde el territorio del Pajeú, Sertão del Pernambuco*. Córdoba. 2015.
11. Cardoso, E. . *História do processo de criação do GT-Mulheres da ANA*. 2015.
12. CMN/CMC. *Práticas feministas: sistematização de experiências em meios de vida sustentáveis*. Casa da Mulher do Nordeste e Centro das Mulheres do Cabo, Recife. 2008.
13. MMC Brasil . *Nenhuma trabalhadora rural sem documentos* (5ª ed.). MMC. 2004.

SISTEMATIZAÇÃO DE EXPERIÊNCIAS AGROECOLÓGICAS - UM NOVO OLHAR A PARTIR DO PROTAGONISMO DAS COMUNIDADES RURAIS

Maria Clara Guaraldo Notaroberto
 Fernanda Cruz de Oliveira Falcão
 Natália Almeida Souza
 Daniel Lamir de Freitas Ferreira
 Juliana Andrea Oliveira Batista

“O desenvolvimento acontece quando os moradores são os autores, os protagonistas da produção agrícola, das suas riquezas, os construtores dos seus valores”, afirma o agricultor Manoel Belarmino dos Santos, ou simplesmente, “Seu” Belarmino, como é conhecido em Poço Redondo, município próximo a Canindé de São Francisco (SE), por onde correm as águas do rio São Francisco. Para o agricultor experimentador, Florisval Costa, “Seu” Flô, como é conhecido em Craíbas e Igaci (AL), compartilhar conhecimentos e compromisso comunitário são fatores necessários para o desenvolvimento local.

Embora de estados diferentes, em comum Belarmino e Florisval são agricultores agroecológicos e participaram das oficinas de comunicação comunitária promovidas pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) em parceria com uma extensa rede de parceiros dos movimentos sociais. Mais do que encontros de comunicação, as oficinas integraram um projeto de formação continuada que começou em 2014 e que teve como objetivo fortalecer a comunicação nos territórios, encorajando agricultores, técnicos da extensão rural, comunicadores populares, radialistas e demais lideranças comunitárias a serem protagonistas da comunicação local.

O objetivo deste artigo é apresentar essa experiência e relacioná-la aos processos de comunicação e sistematização de experiências agroecológicas vivenciados em um contexto dialógico com os movimentos sociais atuantes no semiárido brasileiro. Por isso, é importante destacar que, durante as oficinas, os participantes foram instigados a refletir sobre o papel da comunicação no sentido comunitário e sua relação direta com os processos agroecológicos locais, especificamente nos territórios Agreste Alagoano (AL) e Alto Sertão Sergipano (SE), recorte que será dado a partir de agora.

Embora não tivessem uma relação direta com o Programa de Formação e Mobilização para a Convivência com o Semiárido, desenvolvido pela Articulação Semiárido Brasileiro (ASA), em todo semiárido brasileiro (incluindo esses territórios), a organização social e a rede de comunicadores populares do semiárido foram solo fértil para o desenvolvimento da ação.

Nessa direção ressaltaremos aqui – a título de melhor compreensão de como se deu esse processo e suas conseqüentes articulações –, a contribuição de outras instituições presentes: Associação dos Agricultores Alternativos (AAGRA/AL), Coletivo Macambira (AL), Centro Dom José Brandão de Castro (CDJBC/SE), Associação Mão no Arado de Sergipe (Amase/SE), Sociedade de Apoio Socioambientalista e Cultural (Sasac/SE) e Associação Brasileira de Agroecologia (ABA). Também fez toda a diferença ter o Núcleo de Agroecologia da Embrapa Tabuleiros Costeiros, com sede em Aracaju, envolvida nos processos e articulações.

Para compreender a relação da comunicação comunitária com os processos agroecológicos e, conseqüentemente, com o desenvolvimento local, o projeto em questão buscou trabalhar com as seis dimensões do conceito de desenvolvimento sustentável as quais se destacam na visão de José Antônio Costabeber e Francisco Roberto Caporal (1): ecológica, social, cultural, econômica, ética e especialmente a política, na qual a participação, com autonomia e liberdade, é um dos principais elementos da sustentabilidade. Também foram incorporados nessa visão os conceitos de comunicação comunitária, segundo Cicília Peruzzo (2) e de comunicação para o desenvolvimento adotado pela Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) (3). Em comum, os dois conceitos de comunicação têm a participação social como principal agente de mudanças. E foi justamente o que esse projeto de formação continuada perseguiu como objetivo. Peruzzo nos diz que ao participar diretamente do processo de fazer rádio, jornal ou qualquer outra modalidade de comunicação comunitária, as pessoas vivenciam um processo educativo que contribui para sua formação enquanto cidadãos e demonstram suas capacidades de recontar suas histórias, a partir de reflexões acerca de suas realidades.

A COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA NO CONTEXTO DA POLÍTICA PÚBLICA

No período de 2012 a 2016, a Embrapa atuou junto a 14 territórios da cidadania no Plano Brasil Sem Miséria (PBSM), programa instituído pelo governo federal em 2011, com a finalidade de superar a situação de extrema pobreza da população em todo o território nacional (4). Para a população rural, além dos eixos de garantia de renda e acesso aos serviços públicos, o PBSM criou o eixo de inclusão produtiva rural, incluindo nesse contexto a adoção de importantes tecnologias pelas famílias, como o uso de cisternas para consumo humano e para a produção agrícola; a criação de pequenos animais; o plantio consorciado de grãos e palma forrageira, entre outras tecnologias desenvolvidas por organizações não governamentais e também pela Embrapa.

Nesse percurso percebeu-se a necessidade de se desenvolver um programa de formação continuada em comunicação comunitária que fortalecesse as ações de inclusão produtiva rural que aconteciam nos territórios que receberam a política pública PBSM. Assim, foram realizadas atividades que discutiram com as comunidades os conceitos de desenvolvimento local, sistematização de experiências, produção comunitária da informação por meio da elaboração de programas de rádio e vídeos para divulgação nas mídias sociais, lite-



Foto: Ana Sandreana



Acima, durante as oficinas, participantes cantam e participam de cirandas. Abaixo, as experiências agroecológicas permitem maior interação entre comunicadores e agricultores

ratura de cordel, entre outros. Especialmente em Alagoas e Sergipe todas essas atividades aconteceram em espaços agroecológicos.

É importante fazer uma reflexão dessa formação continuada e sua relação com as diretrizes da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater) (5), instituída em 2010, e vigente na época, que trouxe como um de seus princípios a promoção do desenvolvimento rural sustentável. Um de seus objetivos é a integração da Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) com a pesquisa, aproximando a produção agrícola e o meio rural do conhecimento científico.

Maria Salett Tauk Santos (6), ao fazer a análise das proposições contidas na Política de Desenvolvimento do Brasil Rural e dos princípios e objetivos da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária, afirma que o desenvolvimento rural para ser sustentável depende, em boa medida, da comunicação. Em outras palavras, podemos afirmar que se tornou impossível separar comunicação do processo de construção de sustentabilidade. Trata-se de conceitos que estão amarrados pela noção de complexidade do mundo contemporâneo. Sob o ponto de vista do movimento social, essa ação se fortalece à medida

que o tema da comunicação é incorporado nos diversos espaços de debates, fazendo interface com os demais temas que se relacionam com o desenvolvimento rural e a sustentabilidade. O III Encontro Nacional de Agroecologia, realizado em 2014, reunindo mais de 3 mil pessoas de todo país, já apontava em seus anais para a importância da comunicação nos processos de intercâmbio de experiências, da produção de conhecimento e da valorização dos saberes locais. “Comunicar um Brasil Agroecológico é, assim, estimular o debate sobre a articulação de uma comunicação em rede, que integre participantes de diferentes territórios com um propósito comum. Nesse sentido, além de divulgar e de produzir instrumentais, a comunicação pode atuar para fortalecer o movimento agroecológico, facilitando o espaço de interlocução entre o mesmo e a sociedade” (7).

E é justamente nessa direção que as oficinas foram desenhadas e desenvolvidas, conforme retrataremos a seguir.

PERSPECTIVAS TEÓRICA E METODOLÓGICA A inovação, nesse processo de formação continuada, está no fato de uma empresa pública de pesquisa agropecuária se inserir em processos de comunicação comunitária que visam o desenvolvimento local e sustentável, se associando, para isso, às organizações locais e associações de agricultores.

A empresa preocupou-se em construir processos participativos, tanto no âmbito do uso da tecnologia agrícola quanto no âmbito comunicacional. Os movimentos sociais se tornaram protagonistas no desenvolvimento e na proposição das dinâmicas que incluíram reflexões acerca da comunicação como um direito tão fundamental quanto o direito à água; sobre a necessidade da democratização das mídias hegemônicas; sobre o papel dos agricultores, extensionistas, comunicadores populares, educadores nos processos agroecológicos locais e no desenvolvimento territorial, entre outras temáticas. Também se procurou refletir e problematizar, a partir de rodas de diálogos, as seguintes questões:

- Como se dá a comunicação em minha comunidade/região?
- Na prática diária, como exerço a comunicação?
- Como a mídia retrata o lugar onde vivo? E como vejo o lugar onde vivo?
- Como eu, comunicador, posso ajudar no desenvolvimento da minha região?

A partir das problematizações acima, surgiram importantes reflexões dos participantes, como a do agricultor Florisval Alexandre Costa, presente à oficina de Igaci (AL), que ponderou sobre a necessidade de se aprofundar o debate com a comunidade acerca do excesso de uso de agrotóxicos nas plantações e suas consequências para os humanos e para o meio ambiente.

Indagados sobre como mudar suas realidades comunicacionais, os participantes das oficinas realizadas nos territórios Agreste Alagoano (AL) e Alto Sertão Sergipano (SE) identificaram, pelo menos, quatro caminhos para essa mudança: fortalecer a atuação comunitária; conhecer mais sobre a realidade da comunicação brasileira; conhecer a realidade local; buscar formação para aperfeiçoar as produções autônomas.

Outro componente do processo metodológico foram as visitas às experiências agroecológicas, onde os participantes puderam vivenciar o dia a dia de um agricultor agroecológico e seus principais desafios, entre eles a luta pela soberania alimentar e a importância da preservação das sementes crioulas.

Ficou claro, a partir das falas dos participantes, que o desenvolvimento de seus territórios perpassa por um conjunto de questões: econômica, comunicacional, agroecológica e de interação e comprometimento dos seus habitantes. O entendimento sobre desenvolvimento local, nas palavras dos participantes, pode ser conferido abaixo, nos trechos retirados de questionários de avaliação aplicados ao final dos eventos:

**A COMUNICAÇÃO
PODE
FORTALECER O
MOVIMENTO
AGROECOLÓGICO,
FACILITANDO A
INTERLOCUÇÃO
COM A SOCIEDADE**

“É o crescimento dos potenciais comunitários, sejam produtivos, ambientais e culturais, de forma a mantê-los vivos e garantir sua existência futura” (Daniela Bento Alexandre, Poço Redondo, SE). “É comprometer-se com o lugar em que se vive” (Arnaldo Rodrigues da Silva, Igaci, AL). “É melhor qualidade de vida e fortalecimento da agricultura familiar” (Ivaniza Leite da Silva, Povoado Cajá dos Negros, Batalha, AL). “Desenvolvimento local é desenvolver as atividades locais a partir do olhar do agricultor, transmitindo os seus ensinamentos aos outros” (Rosângela Vilela, Aracaju, SE) (8).

A DEMOCRATIZAÇÃO DA COMUNICAÇÃO NOS TERRITÓRIOS A escolha dos conteúdos das oficinas teve como um de seus elementos norteadores discutir o direito à comunicação e como a mídia hegemônica retrata o semiárido. A partir daí, realizaram-se debates, seminários e rodas de diálogos que estimulassem os participantes a refletir sobre as inúmeras possibilidades de construção de novas narrativas a partir do ato de se sistematizar experiências agroecológicas.

Entre as diversas reflexões dos grupos, foi consenso que a escassez no acesso a um modelo de comunicação plural e diverso é realidade de grande parte da população brasileira, especialmente os mais pobres e aqueles que vivem em locais distantes dos centros urbanos, onde estão concentrados os grupos empresariais de comunicação.

Dessa forma e inspirados em Paulo Freire, alguns movimentos sociais vêm, há décadas, defendendo e promovendo uma comunicação de caráter popular e para a mobilização social, buscando desenvolver suas ações sob o prisma de princípios dialógicos. Focando nos territórios do Agreste Alagoano (AL) e Alto Sertão Sergipano (SE), locais onde as oficinas de comunicação

aconteceram, análises indicam que a maior expressão disso, na prática, se deu através da sociedade civil organizada na ASA, que passou a incorporar a comunicação popular como estratégia para o fortalecimento da convivência com o semiárido. Mais do que isso, foi essa comunicação que lançou outro olhar sobre a região, substituindo as imagens de fome, morte e miséria decorrentes da seca, por imagens de um semiárido belo, onde predominam as riquezas naturais e o bem viver.

A capacidade de descentralização e capilaridade da ação dos programas da ASA acabaram permitindo a criação de novos canais para a troca de saberes, assim como são revitalizadas práticas e valores agroecológicos que se enraízam semiárido afora. Mais do que isso, a articulação reconhece que os sujeitos das suas ações não são meros receptores de informação e conteúdo, mas também produtores e multiplicadores de conhecimentos, contribuindo assim para a efetivação do direito humano à comunicação.

Assim, como resultado do trabalho de diversas organizações não-governamentais no semiárido, a comunicação passou a ser vista como uma forma de resistência e contraposição ao imaginário social hegemônico sobre o campo, pregada pelos grupos empresariais de comunicação (9).

Essa perspectiva plural e contra hegemônica é típica da comunicação popular e comunitária, também denominada como alternativa, como nos diz Coutinho: “Os projetos de comunicação alternativa têm a tarefa de atuar como facilitadores do desenvolvimento comunitário, construindo laços e tornando comuns as experiências e saberes dos distintos protagonistas do acontecer social” (10).

OS PROCESSOS AGROECOLÓGICOS E A SISTEMATIZAÇÃO DE EXPERIÊNCIAS Durante o período de 2012 a 2016, nas regiões do Agreste Alagoano (AL) e Alto Sertão Sergipano (SE), foram realizados diversos intercâmbios de experiências que permitiram aos participantes da oficina vivenciar a realidade das famílias atendidas pelo PBSM e conhecer suas conquistas e desafios. Além dessas ações, as caravanas, os encontros de agroecologia e outros eventos, impulsionaram o debate sobre o tema a partir das experiências dos agricultores nos diversos municípios que compõem os territórios em análise.

Durante os processos formativos, a valorização da identidade e da cultura local, bem como os conhecimentos acumulados pelas famílias foram os elementos inspiradores para a produção técnica e para a reflexão sobre a produção de conhecimento e o papel da sistematização. A sistematização das experiências nesse contexto pode ser compreendida a partir do que Elza Falkembach aponta:

Um instrumento; uma possibilidade; ferramenta apropriada e apropriável para a recuperação e reflexão do viver compartilhado; que faz deste viver, objeto de investigação; espaço de discussão e aprendizagem; e produção de conhecimento que se apoia no confronto de argumentos que as experiências do viver sustentam e dialetizam (11).

Independentemente do formato, as sistematizações permitem vislumbrar, coletivamente, como os conhecimentos foram gerados e contribuíram para a vida das famílias, valorizando a história de tantos agricultores e agricultoras. Ao visualizar interfaces entre a comunicação e a sistematização de experiências, parte-se do princípio de que para comunicar é preciso conhecer e reconhecer práticas, desafios e potencialidades. Para isso, lançar mão da interpretação crítica, como aponta Oscar Jara:

(...) a partir do seu ordenamento e reconstrução, descobre ou explicita a lógica e o sentido de processo vivido nas mesmas; os diversos fatores que interviram; como se relacionaram entre si e porque o fizeram deste modo. A sistematização de experiências produz conhecimentos e aprendizagens significativas que possibilitam apropriar-se criticamente das experiências vividas (seus saberes e sentimentos), compreendê-las teoricamente e ordená-las na direção de um futuro com uma perspectiva transformadora. (12)

A comunicação é considerada um compromisso e uma etapa fundamental de todo o ciclo de sistematização, pois aposta-se que as reflexões tecidas pelos grupos, durante esse percurso, carregam aprendizados que guardam elementos que podem inspirar novas práticas sociais transformadoras.

Neste ponto é imprescindível também fazer outro cruzamento teórico e metodológico, que é a conexão entre sistematização de experiência e a comunicação popular. Jara nos diz que a comunicação da sistematização é substancial, portanto não pode ser considerada um processo secundário e nem optativo. Nessa caminhada, segundo ele, “a elaboração dos produtos para a comunicação permitirá realizar uma nova ‘objetivação’ do vivido, que enriquecerá ainda mais o processo de pensar e transformar nossas práticas” (13).

E foi justamente o que as oficinas de comunicação buscaram ao motivarem seus participantes a elaborarem coletivamente ações de comunicação, a partir de vivências de sistematização de experiências em propriedades agroecológicas, como as que foram visitadas nas áreas rurais de Igaci e de Canindé de São Francisco. Ouvir as histórias de vida dos agricultores, seus depoimentos acerca de suas produções agroecológicas e seus desafios face à rotina diária de convivência com o semiárido e, a partir daí, transformar os relatos coletados em peças críticas de rádio ou pequenos vídeos, ou, ainda, em boletins ou banners, ou em fotografias ou cordéis, contribuíram fortemente para que os comunicadores/participantes pudessem perceber suas práticas, tanto no quesito de comunicação quanto no quesito da agroecologia.

A PRESENÇA DO LÚDICO NO PROCESSO FORMATIVO Místicas de abertura e encerramento, teatro do oprimido, cantigas de roda, cirandas, cordéis, danças circulares e instalação pedagógica foram elementos lúdicos fortemente presentes nas oficinas de comunicação que contribuíram para melhor compreensão dos conteúdos compartilhados e construídos coletivamente.

Sabourin (14), em suas reflexões, nos aponta a ideia dos sistemas locais de conhecimento, segundo a qual deve-se compreender que os aprendizados são processos relacionais baseados nas trocas com o ambiente e com as pessoas, onde todos são sujeitos na construção de saberes. Nesse processo é preciso, mais do que reconhecer, garantir que existam formas de escuta e articulação de conhecimentos que transcendem o formato convencionalmente reconhecido pela ciência. Os espaços de aprendizagem construídos sob o enfoque agroecológico se desafiam, portanto, em construir ambientes de trocas horizontais, onde parte-se do pressuposto de que o conhecimento é um processo relacional e coletivo somente possível a partir das combinações e recombinações propostas pela diversidade de sujeitos, fatores e contextos.

Como pano de fundo estão as reflexões amadurecidas por muitos pesquisadores entre os quais se destacam Wiskerke e Ploeg no texto “Sementes da transição” (15). Para eles, a agricultura é produto de longos e contínuos processos de inovação construídos por agricultores e agricultoras, onde novidades são, sobretudo, resultado de recombinações de recursos aplicados a realidades diversas e mutáveis. As oficinas, como ambientes de articulação e troca de experiências, potencializam a recombinação de saberes e as condições para que ações e estratégias possam ser visualizadas e planejadas pelos grupos.

No movimento agroecológico, desde 2010, como aponta Souza (16), as instalações artístico-pedagógicas vêm se constituindo como o principal dispositivo de efetivação do diálogo entre a sabedoria popular e o saber científico ao proporem a montagem de instalações artísticas a partir dos elementos que simbolizam as pessoas, seus territórios, suas vivências e relações. As instalações tiveram como origem, os eventos conhecidos como “troca de saberes”, realizados desde 2005 pelos grupos de agroecologia da Universidade Federal de Viçosa (UFV), e ganharam espaço durante as caravanas agroecológicas e culturais, realizadas em diferentes territórios, como processos preparatórios ao III Encontro Nacional de Agroecologia.

A partir da construção de ambientes acolhedores e lúdicos, compostos por elementos da realidade em sua dimensão estética, propõe-se suscitar problematizações e reflexões acerca do tema que se pretende trabalhar (17). A caminhada da sistematização de experiências, no contexto das experiências agroecológicas, vem reafirmando a importância, historicamente destacada pela educação popular, para a qual o simbólico é parte integrante dos processos de aprendizagem ao despertar emoções, sentimentos e provocar significações fundamentais. Assim, há um diálogo direto com as reflexões da sistematização, pois, como coloca Elza Falkembach (18), “a sistematização é um espaço de encontro entre sujeitos plurais” que a partir da prática coletiva, carregada de sentidos, movimentam intencionalidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS Resumidamente, podemos dizer que a construção coletiva das oficinas de comunicação trouxe um con-

junto de aprendizados para as equipes diretamente envolvidas com a animação desse processo.

Conjugar elementos de comunicação, sistematização de experiência e criar um ambiente de formação no qual todos são educandos-educadores e educadores-educandos, como nos diz Paulo Freire (19), tendo como pano de fundo a agroecologia e suas dimensões, mostrou-se uma estratégia eficaz enquanto proposta metodológica participativa, exercitando novos formatos para as atividades de formação para além de palestras, cursos e demais experiências em que muitos ouvem e poucos falam. A presença do lúdico em cada processo vivenciado fez toda a diferença, pois despertou empatia e partilha de significados para além do conhecimento convencionalmente racionalizado e expresso de forma escrita e oral, fortalecendo o processo e consolidando relacionamentos.

As oficinas conseguiram reunir 50 pessoas a cada encontro, que aconteceram em territórios onde a agroecologia é construída pelo povo, onde os participantes puderam vivenciar e ouvir também os relatos de quem vive e constrói a agroecologia enquanto produção agrícola, mas, sobretudo, como caminho de vida e resistência. As rodas de diálogos sobre o direito à comunicação foram fundamentais para o início dos trabalhos, pois compartilharam com os participantes o complexo cenário no qual a comunicação no país está inserida.

Além de dar expressão a uma causa – a necessidade de construção de novas narrativas que valorizem as realidades locais e os espaços agroecológicos – as oficinas buscaram fortalecer o protagonismo dos agricultores e agricultoras, que encontraram nesses espaços condições de falar sobre a história de suas próprias vidas ou de suas comunidades. Perceber em seus depoimentos e em seus produtos de comunicação a vontade de produzir uma nova comunicação é um dos elementos fundamentais que nos instiga a permanecer nessa caminhada, na continuidade dessa proposta que consegue unir agricultura agroecológica, comunicação e educação popular, através da sistematização de experiências agroecológicas e do processo lúdico.

O uso político e estratégico das mídias sociais também tem sido um elemento inovador desse processo. A ação de formação, embora não presencial, permanece, por meio das redes sociais, tais como o WhatsApp e o Facebook – através da página Rede de Comunicadores e Comunicadoras de Alagoas e Sergipe, espaço criado para a troca de conhecimentos, saberes e informações. A partir de 2017, um novo projeto encontra-se em curso, voltado para a produção de material multimídia com enfoque agroecológico, no qual pretende-se dar continuidade e aprofundamento aos elementos percebidos como fundamentais neste trabalho.

Maria Clara Guaraldo Notaroberto é jornalista, especialista em estratégias de comunicação, mobilização e marketing social pela Universidade de Brasília (UnB) e assessora de imprensa da Embrapa Informação Tecnológica. Foi uma das coordenadoras das oficinas de comunicação para a convivência com o semiárido (2014 a 2016).

Fernanda Cruz de Oliveira Falcão é jornalista, graduada pela Universidade Católica de Pernambuco. É coordenadora de comunicação da Articulação Semiárido Brasileiro (ASA).

Natália Almeida Souza é mestre em ciências sociais pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ), faz parte da equipe do projeto de Sistematização de Experiências dos Núcleos de Agroecologia, da Associação Brasileira de Agroecologia, onde contribui com os processos de comunicação.

Daniel Lamir de Freitas Ferreira é radialista e jornalista, formado pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Integra o Coletivo Terral de Comunicação Popular, e é responsável por produções radiofônicas dos programas "Brasil de fato Pernambuco" e "Fora da curva". Atuou em assessorias de comunicação da ASA (ASACom), da Representação Nordeste do Ministério da Cultura (RRNE/MinC) e do Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá.

Juliana Andrea Oliveira Batista é mestre em educação do campo pela UnB e analista da Embrapa Informação Tecnológica e coordena o projeto de formação de jovens rurais em produção multimídia com enfoque agroecológico.

NOTAS E REFERÊNCIAS

- Costabeber, J.; Caporal, F.. "Possibilidades e alternativas do desenvolvimento rural sustentável". In: *Agricultura familiar e desenvolvimento rural sustentável no Mercosul*. Santa Maria: Editora da UFMS. 2003.
- Peruzzo, C.. "Direito à comunicação comunitária, participação popular e cidadania". In: *Revista Latino Americana de Ciências de La Comunicacion*, ano II, n. 3, p. 18 a 41. Julho a dezembro de 2005.
- Sobre isso acesse o site www.fao.org na seção Communication and Development - conceito referendado durante o Congresso Mundial de Comunicação para o Desenvolvimento, em Roma, no ano de 2006.
- Brasil. Ministério do Desenvolvimento Agrário. *Plano Brasil Sem Miséria - Resultados no Meio Rural*. Brasília: 2014.
- A Lei 12.188 instituiu a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a agricultura familiar e reforma agrária, resgatando como responsabilidade do Estado a manutenção dos serviços de assistência técnica e extensão rural de forma pública e gratuita.
- Tauk Santos, M.S. "Políticas públicas de comunicação para o desenvolvimento no contexto rural brasileiro do século XXI". In: *Resumos do XXXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*. 2012: Fortaleza/CE. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2012/resumos/R7-0478-1.pdf> - acesso em 2/6/2015.
- Carta Política do III Encontro Nacional de Agroecologia, disponível em <http://aspta.org.br/2014/05/carta-politica-do-iii-encontro-nacional-de-agroecologia/> - acesso em 28/2/2017.
- Beltrão, S.L.L. et al. *Ações de comunicação para a convivência com o semiárido brasileiro*. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2017. No prelo.
- Coutinho, E. G. (org.). *Comunicação e contra-hegemonia*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.
- Coutinho, E.G. (org.). *Comunicação e contra-hegemonia*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.
- Falkembach, E. M. F.. "Sistematizando: Juntando cacos, construindo vitrais". In: *O que é sistematização? Uma pergunta e diversas respostas*. São Paulo: CUT, 2000.
- Jara, O. *A sistematização de experiências: prática e teoria para outros mundos possíveis*. Brasília: Contag, 2012.
- Jara, O. *Para sistematizar experiências*. Tradução de: Maria Viviane V. Resende. 2 ed. revista - Brasília: MMA, 2006.
- Sabourin, E. "Aprendizagem coletiva e construção social do saber local: o caso da inovação na agricultura familiar da Paraíba". *Estudos, Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, n. 16, p. 37-61, abr. 2001.
- Wiskerke, J. S. C.; Van der Ploeg, J. D.. "Seeds of transition: Essays on novelty production, niches and regimes in agriculture". Assen: Royal Van Gorcum. 2004.
- Souza, H.N.; Cardoso, I. M.; Mendonça, E.S.; Carvalho, A. F.; Oliveira, G. B.; Gjorup, D. F.; Bonfim, V. R.. "Learning by doing: a participatory methodology for systematization of experiments with agroforestry systems, with an example of its application". *Agroforestry Systems*, 85: 247-262. 2012.
- Souza, H. N.; Cardoso, I. M.; Mendonça, E.S.; Carvalho, A. F.; Oliveira, G. B.; Gjorup, D. F.; Bonfim, V. R.. "Learning by doing: a participatory methodology for systematization of experiments with agroforestry systems, with an example of its application". *Agroforestry Systems*, 85: 247-262. 2012.
- Falkembach, E. M. F.. "Sistematizando: Juntando cacos, construindo vitrais". In: *O que é sistematização? Uma pergunta e diversas respostas*. São Paulo: CUT, 2000.
- Freire, P. *Extensão ou comunicação?* 7.Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.